

Brasília, Minas e Goiás têm de procurar juntos as soluções para os problemas comuns da região

(afinal, estão todos no mesmo barco)

Não basta ao Governo do Distrito Federal atender às necessidades de uma população cujo crescimento é ainda explosivo, e torna-se cada vez mais exigente, por ser a de maior poder aquisitivo do Brasil. É preciso, também, ter em mente que Brasília representa, para os migrantes vindos de todas as partes do país, uma nova "terra prometida", e não frustrá-los em suas justas aspirações de ascensão social.

Há cerca de um ano o CORREIO BRAZILIENSE destacava a notícia de que o então prefeito de Luziânia decidira sustar a proliferação de loteamentos em seu município. Pouco mais se soube do assunto - se a drástica medida deu os resultados esperados - basicamente, coibir a especulação imobiliária -, ou se permanece em vigor. O importante, porém, é que já naquela época avolumavam-se sintomas de que a região que se convencionou denominar geo-econômica de Brasília estava enfrentando problemas, cujo agravamento poderia colocar em risco a própria sobrevivência da filosofia que orientou a construção da capital, e a torna única no mundo.

Desde então, no que diz respeito já ao Distrito Federal, providências foram tomadas pelo GDF e, se não resolveram totalmente o problema, pelo menos estão conseguindo impedir que se agrave ainda mais: por exemplo, a atual filosofia de ação da Terracap, que procura ordenar o mercado imobiliário e deter a especulação.

Mas, como reconhecem os próprios dirigentes de órgãos e empresas do GDF, as características que fazem de Brasília a única cidade brasileira, de seu porte, ainda perfeitamente habitável, não estão de todo livres da subversão que ameaça fazer da capital uma cidade como as outras. E para conhecer os problemas que geram tal ameaça é conveniente, com o risco de abusar da paciência do leitor, voltar alguns anos no tempo e examinar certos aspectos da construção de Brasília e sua primeira infância.

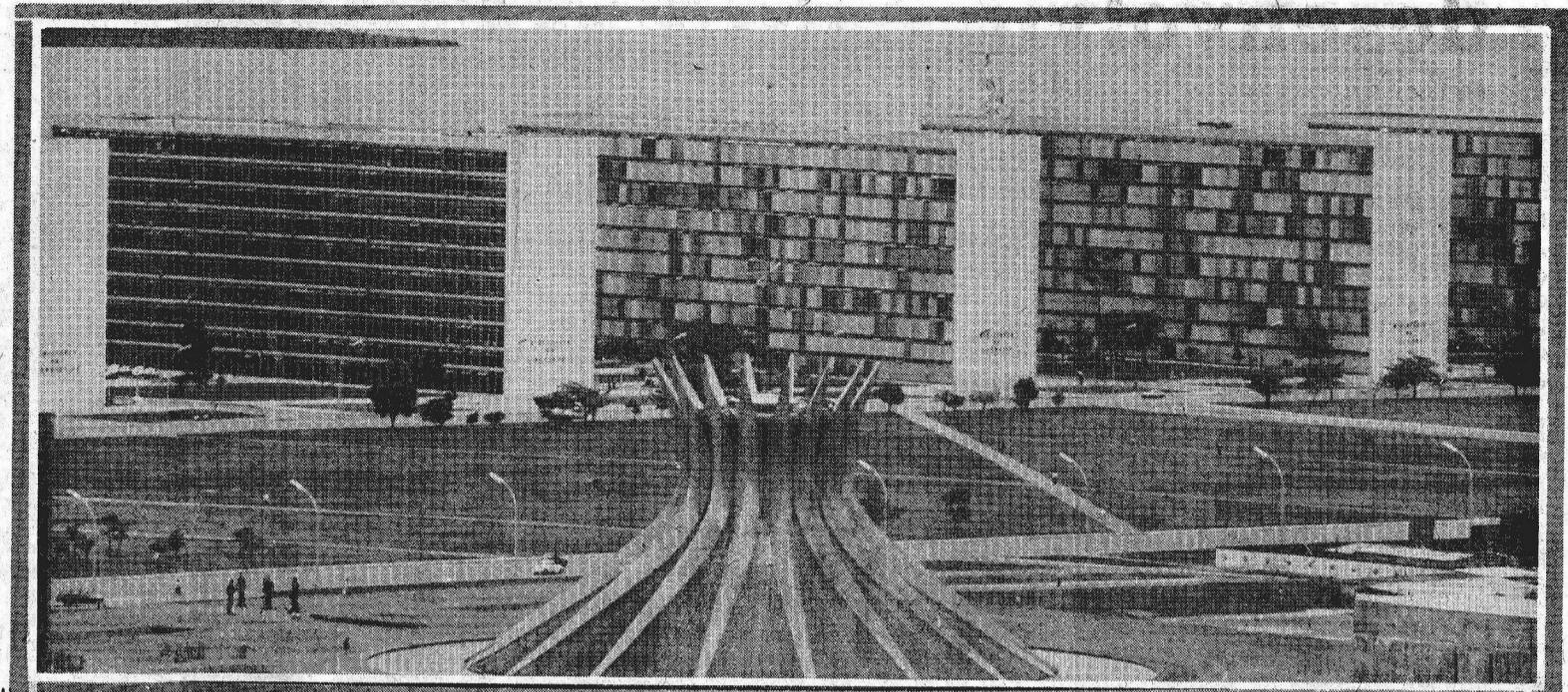
Terra prometida

Entre estes problemas destaca-se o número crescente de migrantes que, expulsos de suas regiões de origem por deficiências da estrutura produtiva, entre outros males, acorrem à capital e sua zona de influência como a uma nova "terra prometida", que no entanto muitas vezes os frustrou em suas legítimas aspirações de promoção social, permitindo-lhes, quando muito, mera sobrevivência, em condições apenas levemente melhores que as deixadas para trás.

Isto ocorreu porque a infra-estrutura urbana de Brasília, de um lado, e de outro seu mercado de trabalho, não tiveram condições de absorver adequadamente um aumento populacional que ultrapassou de muito as mais alucinadas previsões (na realidade a população do Distrito Federal, que se avizinha assustadoramente do milhão, já é bem maior que a prevista para o fim do século, segundo se estimava à época da transferência da capital).

Tudo isso, a par dos problemas sociais que acarretou, impôs a cidade pesado ônus, sob a forma de serviços que deve prestar - habitação, saúde, educação, transportes etc; surgiu daí extenso rol de dificuldades sucessivos governos do DF, "estourando-lhes" previsões de orçamento, fazendo com que não conseguissem enfrentar tais problemas a não ser com auxílios cada vez maiores do Governo Federal.

Evidentemente, nenhum administrador de Brasília se recusaria a aceitar tal



desafio, e de alguma forma os governos locais têm atendido à grande massa que acorre à capital; por outro lado, parece lícito esperar que o auxílio federal continue a cobrir os déficits que ocorram, uma vez que a cidade dá abrigo, e fornece infra-estrutura e equipamentos urbanos, à máquina administrativa da União.

É desejável, no entanto, que se encontrem soluções que permitam a Brasília, no menor prazo possível, caminhar por seus próprios pés. E para que isto aconteça é preciso que conheça em detalhe sua própria realidade - e a da região que a cerca - respondendo a perguntas como, por exemplo, qual seria o tamanho ótimo que poderia atingir sem perder suas características próprias de cidade administrativa, adequada ao trabalho, tranquila e livre do massacrante gigantismo das metrópoles, e o que fazer para controlar e absorver os fluxos migratórios que demandam o Planalto Central.

Os estudos sobre estes problemas, a nível governamental, iniciaram-se em 1973. Em maio daquele ano reuniram-se, na capital, representantes de entidades do Governo Federal, do Distrito Federal e dos estados de Minas Gerais e Goiás, constituindo-se em grupo de trabalho que realizou estudos, mais tarde complementados e consubstanciados no Programa Especial da Região Geo-econômica de Brasília, hoje a cargo da SUDECO (Veja página ao lado).

Distrito Industrial

Outro desses estudos, de autoria do economista Paulo Cézar Timm, do IPEA (publicado no "Boletim Econômico" do IPEA, nº 1/2 - janeiro/abril - 1975) aborda as possibilidades e a oportunidade de criação de um distrito industrial em Luziânia, no bojo das alternativas de soluções para o desenvolvimento do Planalto Central, a redução das pressões dos fluxos migratórios sobre Brasília e, num âmbito mais geral, para a efetivação da descentralização industrial, prevista na política de desenvolvimento do país como forma de diminuir a con-

centração excessiva das atividades industriais, que vêm provocando crescentes problemas nas áreas metropolitanas do centro-sul.

O trabalho refere-se aos problemas "que se acumularam ao longo de sua (do DF) maturação urbana e ameaçam desdobrar-se no futuro", destacando a "explosão demográfica" do Distrito Federal, junto do "exôdo rural e da aceleração da transferência dos órgãos do setor público, anteriormente sediados em outras unidades".

Timm acredita que, entre as alternativas que se apresentam para o equacionamento dessas questões, fatalmente surgirá aquela de se abrirem "válvulas de escape ocupacional" fora do DF, "que delineiem novas faixas de concentração de população, evitando entre outras coisas o avultamento especulativo dos negócios imobiliários que acompanham a pressão sobre o uso do solo urbano e acabam marginalizando os contingentes que se transferiram de outras regiões do país, prejudicando sua integração no meio social".

Logo a seguir, mostra o autor que "a atual distribuição da população pelas cidades satélites, distantes do Plano Piloto, faz com que a mobilização da mão-de-obra para as proximidades de Goiás seja, tanto em distância como em fluxo, mais vantajosa que para o Distrito Federal".

Área de Disciplina

Ao considerarem as áreas urbanas brasileiras onde se faz necessária a intervenção governamental, Jorge Guilherme Francisoni (Secretário-Geral da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU) e Maria Adélia A. de Souza, em "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - estudos e proposições alternativas", situam, entre as "áreas ou subsistemas de disciplina e controle", Brasília e sua região geo-econômica, ao lado as cidades (ou regiões metropolitanas) de Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas e Santos.

Tais áreas são apresentadas como as que "apresentam uma estrutura bem caracterizada, elevados níveis de renda e (...) base econômica em fase final de consolidação; seu ritmo de crescimento, que é diretamente dependente e acompanha o do polo principal, sugere que se precauções não forem tomadas a curto prazo, essas áreas apresentarão problemas bastante semelhantes ou mesmo idênticos a aqueles dois polos anteriores referidos".

(Os "polos anteriores referidos", convém esclarecer, são as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas pelos autores "áreas de contenção" em razão dos problemas urbanos que apresentam).

Os riscos do crescimento

Certamente Luziânia, a tomar, ano passado, aquela providência, já conhecia as motivações que conduzem à implantação de um distrito industrial em seu município; juntamente com as inúmeras oportunidades de crescimento, es-

ta e outras iniciativas poderiam acerar para Luziânia problemas que, se não resolvidos prontamente e, se possível, até mesmo antecipadamente, acabariam por refletir na região geo-econômica da capital situações já existentes em algumas das cidades de grande porte e suas áreas adjacentes. Para ficar nos exemplos mais conhecidos, por certo não são "modelos" invejáveis os crescimentos de cidades como São Gonçalo (RJ), Guarulhos (SP), Contagem (MG), todas próximas a grandes centros polarizadores, que de um lado as beneficiaram, permitindo-lhes a expansão econômica, mas de outro cobraram-lhe preço alto demais pelo progresso, sob a forma de deterioração da qualidade de vida de seus habitantes.

Não desejaria ele para sua cidade, em relação a Brasília, uma situação de "cidade-dormitório", ou qualquer outra que permitisse se parafraseasse o conhecido desabafo de um intelectual a respeito do México do século passado: "Pobre México! Tão longe de Deus, e tão perto dos Estados Unidos!..." Até o presente, estar perto de Brasília tem significado para os municípios vizinhos benefícios sob a forma de possibilidades de atendimento médico-hospitalar de alto nível, acesso à educação superior, mercado para a produção local, entre outros.

Permitir, porém, que o processo continue seu curso natural, sem controle de seus passos, pode ter consequências ruins em futuro não muito distante.

Parar para pensar

Luziânia talvez tenha conseguido, com o "congelamento" imobiliário que promoveu, algum tempo para pensar, e tentar formas que lhe permitam aperfeiçoar a legislação de uso do solo do município, de modo a impedir a continuidade de um processo de ocupação desordenado.

Algumas considerações sobre a utilização do solo urbano podem contribuir para elucidar o problema.

Em "Planos para lazer em áreas urbanas e entornos às regiões metropolitanas" (página 115)

nas", trabalho realizado para a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (IPEA/CNPU, 1975, versão preliminar) Freda Burger afirma que o "espaço natural compreende um conjunto de aspectos, que o conformam, tais como climatológico, topográfico, fisiográfico, hidrológico". E mais adiante: "Define-se como uso do solo a forma pela qual o espaço natural é utilizado pelo homem, por meio da ocupação social (grifo nosso) desse espaço e seus recursos, seja pela agropecuária, exploração mineral, instalações e equipamentos urbanos..." (páginas 79 e 80).

Por sua vez, o estudo "Serviços de interesse comum na Região Metropolitana do Grande Rio" (IBAM/CNPU/IPEA) dedica atenção especial ao problema do uso do solo, cuja ordenação, "pelos suas implicações na eficiência do Sistema Urbano e qualidade da vida da população, constitui elemento fundamental de apoio do desenvolvimento planejado" (página 115)

A seguir, abordando a intervenção pública como determinante do uso do solo, afirma o mesmo trabalho - cuja elaboração foi coordenada pela professora Ana Maria Brasileiro, do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) - que "uma visão econômica explica a configuração do uso do solo em termos das motivações de indivíduos e empresas funcionando no mercado, ao passo que, numa visão sociológica, "o uso do solo urbano tem relação direta com os processos sociais e pode ser atribuído ao produto do comportamento individual e coletivo, em resposta a certos valores determinantes sociais e econômicos" (página 116).

Entretanto, os autores observam a seguir que "o quadro de determinantes do uso do solo se completa com a visão da intervenção governamental, que é efetuada em termos de interesse público, ligada às condições de vida, saúde, segurança e bem estar da população (...) interesse público envolve outra dimensão (...) a intervenção governamental implícita na noção de controle, para atender a objetivos de interesse público, distintos dos fins econômicos e sociais visados pelo setor privado..." (página 116)

Como se vê, parece existir um certo consenso em torno da finalidade social do uso do solo, o que justifica e até mesmo exige a interferência governamental, de modo a evitar que, por distorções diversas o crescimento das cidades resulte prejudicial para o bem-estar coletivo.

Luziânia não é a única cidade em situação semelhante. Muito próximas do DF encontram-se Formosa, Padre Bernardo, Unaí, Anápolis, Paracatu, Cristalina, Pirinópolis, para citar apenas os municípios goianos e mineiros mais próximos, ou que mais intimamente lhe estão ligados. Em quase todos eles já são sentidos em maior ou menor grau os problemas aqui referidos, ou esses problemas se farão presentes mais cedo ou mais tarde.